

Escrito em verde-oliva – o Exército na Amazônia

Intelectuais, fronteiras e diplomacia (1889-1933)

*William Gaia Farias**

Introdução

Neste artigo, que é base da conferência de encerramento do II CEHMA, proponho discutir a situação do Exército Brasileiro na Amazônia em pouco menos das primeiras cinco décadas de estabelecimento do regime republicano, dando destaque especial à atuação na Amazônia dos militares formados na Escola Militar da Praia Vermelha – EMPV, no Rio de Janeiro, nos anos finais da Monarquia.

Minha intenção com esta discussão é demonstrar que estes intelectuais tiveram atuações relevantes à frente da administração de instituições, governos e mandatos parlamentares, na conformação das fronteiras amazônicas no âmbito regional, nacional e internacional e tornaram-se reconhecidos por suas atuações também nos meios intelectuais civis. Suas ações são reconhecidas pelo Exército Brasileiro como membros de uma inteligência fardada, embora em altar diferente daqueles tipos clássicos de heróis.

Estes intelectuais fardados não praticaram ações que permitiam a elevação à condição de herói, ou seja, seus feitos geralmente não envolveram ações de comando de tropas em campanhas militares, tal como preconiza a ideia de herói alimentada desde a antiguidade, quando o ser heroificado era uma liderança política ou militar que conduzia a conquista de novos territórios, defesa de reinos, batalhas religiosas, como fizeram Carlos Magno, Alexandre o Grande, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, entre outros.

Mas é preciso considerar que as experiências individuais, em muitos casos, formam sentimentos de coesão, que possibilitam a construção de experiências coletivas relevantes ao afloramento de sentimentos identitários de grupos sociais. Neste sentido, viver em um mesmo território, mantendo relações políticas e econômicas integradoras, além de defendê-lo em momentos difíceis, em lutas contra um inimigo comum, certamente possibilita ao grupo social o despertar de sentimentos que ligam o passado e o presente dos indivíduos à

* Doutor em História, professor efetivo da Faculdade de História (FAHIS) e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA). É coordenador do Grupo de Pesquisa Militares, Poder e Sociedade na Amazônia. (wgaia@ufpa.br)

existência da coletividade: uma simbiose formadora de sentimento de pertencimento.¹

No caso da atuação dos oficiais “científicos” formados na EMPV, por muitos deles instituição também chamada de “Tabernáculo das Ciências”,² as atuações como governadores de estados, parlamentares, literatos, expedicionários e dirigentes de comissões no âmbito da demarcação de fronteiras, da expansão de linhas telegráficas, contatos com grupos sociais distantes dos centros urbanos e em atividades diplomáticas não renderam honrarias de herói. Não obstante, suas atuações os consagraram por suas competências técnicas e destreza nas relações com o “outro”.

Portanto, como historiador consciente de que as narrativas do passado são particularizadas, produtos de escolhas dos que escrevem história ou que simplesmente narram passados, optei por centrar este texto em algumas ações desenvolvidas por estes oficiais do Exército na Amazônia, nas décadas de intensas definições de fronteiras e baixos recursos financeiros e efetivos das forças armadas brasileiras. O período focado será de 1889, ano da Proclamação da República no Brasil, por ser um marco na atuação dos militares do Exército de forma geral e, em particular, da jovem oficialidade formada na EMPV, dos quais alguns dos que atuaram na Amazônia são sujeitos centrais nesta conferência. A abordagem que proponho fechará no ano de 1933 com o encerramento da Questão Letícia, que preocupou o governo brasileiro e também marcou a atuação de intelectuais do Exército. Dito isto, espero que Escrito em verde-oliva possibilite a abertura de novas perspectivas de produção de história militar da

Amazônia, que, afinal, é uma das principais razões que neste momento nos une aqui.

Forças Armadas na Amazônia: transição da Monarquia à República

A atuação dos militares na ação que instituiu o regime republicano levou muitos destes a posições de destaque no campo político. Logo nos primeiros anos de vigência do novo regime, os militares ocuparam pastas ministeriais, governaram estados, chefiaram gabinetes e secretarias, tornaram-se deputados e senadores e governaram o país. Conforme anota John Schulz, logo no início do regime republicano, os militares obtiveram aumentos de salários que chegaram a atingir 50%, acima das anteriores ainda em janeiro de 189

No Exército, entrou em vigor o plano de ampliação do efetivo, que chegou a duplicar o quadro de pessoal ativo até o ano de 1894, mesmo ainda não alcançando o efetivo ideal. Ademais, um grande número de oficiais foi beneficiado com promoções e reformas.³

Contudo, as disputas entre os militares eram evidentes nos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Durante o Governo Provisório, pelo menos dois grupos eram bem definidos. De um lado, estavam os militares mais próximos de Deodoro, que acusavam Benjamin Constant de priorizar “... os antigos alunos e afirmaram que o ministro permitia que seu jovem secretário, capitão Lauro Sodré, controlasse o ministério da guerra...”. Por outro lado, os militares alinhados a Benjamin acusavam Deodoro de exigir promoções para os seus amigos. Todavia, mesmo formando grupos divergentes, os militares do Exército aproveitaram o momento

de prestígio e força no campo político para obter vantagens na carreira militar, pois durante o Governo Provisório o presidente foi aclamado generalíssimo, o ministro da Marinha foi promovido a vice-almirante e o ministro da guerra foi promovido a general de brigada, além de uma série de promoções em outros níveis da hierarquia das Forças Armadas.⁴

No caso da situação das forças amadas na Amazônia, um caso me chamou a atenção sobre o 15º Batalhão de Infantaria. Constantemente, encontravam-se na imprensa informações a respeito de seu deslocamento. Sob o Império, o 4º Batalhão de Artilharia também embarcou para o Amazonas, mas para participar de operações de treinamento militar.

Diante da situação apresentada, não há dúvida de que os militares se sentiram em melhores condições para manifestar seus interesses após a Proclamação. Por isso, pleitearam poder político e espaço na administração. Para estes, o estabelecimento do regime republicano significou o primeiro grande momento de emergência na sociedade brasileira.

Na década de 1880, as condições das instalações das unidades do Exército e da Marinha e da corporação policial militar no estado do Pará não eram tão diferentes do início século XIX. As autoridades militares e civis frequentemente apresentavam os problemas nos relatórios de governo.

O 4º Batalhão de Artilharia (Belém) estava com as paredes parcialmente estragadas e não tinha acomodações para o corpo da guarda, onde ficariam os militares de serviço e prontidão. As instalações do 15º Batalhão de Infantaria (Belém) estavam em situação deplorável, e até a segurança estava ameaçada, uma vez que a obra do muro que

delimitava a área do quartel em 1889 estava em obra havia 15 anos. No relatório do presidente da província, considerava-se que até mesmo a indisciplina era motivada pela falta de pessoal, pela difícil escala de serviço e precariedade das instalações. A Enfermaria Militar (Belém) funcionava em um prédio alugado na travessa São Mateus que não reunia as “condições imprescindíveis” para a atividade à qual fora destinado, e a sua farmácia funcionava em uma pequena casa alugada.⁵

No ano de 1889, o 4º Batalhão de Artilharia contava com um efetivo de 26 oficiais e 240 praças, sendo que seu efetivo completo deveria ser de 37 oficiais e 350 praças. O 15º Batalhão de Infantaria contava com 26 oficiais e 194 praças, quando seu efetivo completo, segundo a legislação, seria de 37 oficiais e 350 praças. Portanto, os dois quartéis do Exército contavam com efetivos tão limitados quanto o Corpo de Policial da Província e tinham de atuar na capital e no interior e ainda guarnecer as regiões de fronteira. Os quartéis se encontravam com a estrutura física bastante comprometida. A Fortaleza da Barra, a Fortaleza de Óbidos e o depósito de pólvora do Aurá (Belém) estavam com problemas de infraestrutura.⁶

A extensão territorial da região amazônica era grande para a diminuta presença militar. Contando com o efetivo do Pará, do Amazonas e do Maranhão, havia em 1889 quatro batalhões, sendo um de artilharia e três de infantaria, sete fortalezas, das quais duas ficavam no Pará, três no Amazonas e duas no Maranhão. A província do Pará era guarnecida pelos militares do Exército, que, além de dois batalhões e duas fortalezas, dispunha de pequenos efetivos de corpos de

fronteira e guarnições do Amazonas, das colônias prisionais D. Pedro II, situada na margem esquerda do rio Araguaari (transferida em 1907, para a margem direita do rio Oiapoque), e a Colônia de São João do Araguaia, em área de floresta no sul do Pará, e ainda da Fortaleza Militar de Óbidos no Baixo Amazonas (Oeste paraense). O Amazonas também contava com uma colônia militar e prisional, no Rio Branco.⁷

Na Amazônia, o único Arsenal de Marinha era situado em Belém; já no Amazonas, a única unidade da Marinha era a Capitania dos Portos, em Manaus. O estado do Pará contava ainda com uma Capitania dos Portos e uma Escola de Aprendizes Marinheiros, também localizados na capital, e com faróis fixos e flutuantes localizados nas margens dos rios e em pontos considerados estratégicos.

Se as condições das instalações do Exército e da Marinha não eram animadoras, a polícia militar paraense não devia nada neste quesito. A cavalaria, quando ainda era apenas um piquete, estava em uma área alugada e inadequada, com as cavalariações em péssimas condições, devido ao telhado bastante danificado.

Proclamada pelos militares, a República, logo no seu alvorecer, via-se endividada e apoiada por este seguimento social. Mesmo assim, era preciso edificar uma relação mais favorável com os quartéis, pois os republicanos civis sabiam que a força dos militares poderia redirecionar os caminhos e até mesmo levar a uma crise de governo em caso de insatisfação vinda das casernas. De 1889 a 1930, por exemplo, os militares estiveram envolvidos em vários conflitos. A Proclamação da República foi sua primeira intervenção efetiva na política brasileira. Segundo Rodrigo Pato

Sá Motta, a partir de 1889, os militares se tornaram “personagens centrais” nos principais eventos políticos brasileiros.⁸

Todavia, é importante enfatizar que, apesar do destaque político de muitos oficiais do Exército e da Marinha no decorrer da Primeira República, no campo institucional as forças armadas tiveram bastante dificuldade em seu processo de modernização de equipamentos e armamentos, ampliação de efetivo, tropas e unidades. Tais melhorias somente se tornaram realidades para as forças armadas brasileiras a partir de 1930, sobretudo nos anos que precederam a II Guerra Mundial.⁹

Intelectuais do Exército: administração, litígios de fronteiras e diplomacia na Amazônia

A historiografia que discute o desenvolvimento do pensamento republicano no Brasil apresenta a segunda metade do século XIX como o período mais expressivo de envolvimento dos militares nas discussões políticas. Consideradas as especificidades das abordagens, historiadores como José Murilo de Carvalho¹⁰ e Celso Castro¹¹ apontam para as principais instituições de ensino em que circulavam ideias republicanas, não deixando de apreender as transformações processadas no período.

Dentre os principais centros de formação militares, merecem destaque, à época, a Escola Politécnica, Escola Militar da Praia Vermelha e a Escola Naval, localizadas no Rio de Janeiro, além das Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife. Essas instituições de ensino superior aparecem como importantes espaços de formação acadêmica e política.

De certa forma, os propagandistas defendiam uma ideologia do “progresso”, da qual o regime republicano fazia parte. A este respeito, Celso Castro defende que pelo menos os jovens militares da Escola Militar da Praia Vermelha comungavam de uma mistura heterogênea de ideias, à época consideradas “científicas”, que incluem o positivismo e outras correntes de pensamento.¹² A intelectualidade brasileira, conhecedora das vertentes positivista, evolucionista, monista e social-darwinista procurava apreender a sociedade brasileira partindo dessas diretrizes e da ideia de “progresso” e, nestes vieses, apresentavam propostas para o desenvolvimento do país.¹³

Celso Castro situa Lauro Sodré e Serzedelo Correia no grupo denominado “mocidade militar”, cujo perfil sociológico era marcado pela ênfase no cientificismo, como caminho para promover as transformações necessárias à sociedade brasileira, nas quais a abolição da escravidão e a Proclamação da República eram apreendidas como fundamentais ao país. Vários estudiosos atribuíram a Benjamin Constant o epíteto de apóstolo do positivismo no Brasil, considerando-o também como o principal formador da EMPV. Vicente Licínio Cardoso, contemporâneo dos primeiros anos de República, defende que Benjamin Constant fora bem sucedido na pregação do positivismo e das ideias republicanas devido ao fato de a maioria de seus alunos não descenderem de aristocratas, o que certamente lhes facilitava a aceitação de tais ideias.¹⁴

Do Exército Brasileiro no estado do Pará, Lauro Sodré e Serzedelo Corrêa foram os militares de maior expressão na defesa da República na EMPV nos momentos em que a Monarquia se enfraquecia. Os dois jovens

militares paraenses faziam parte deste grupo, a que Celso Castro atribui o papel mais significativo no processo que culminou com o movimento que levou à República no Brasil. Contudo, estes oficiais, alcançaram destaque nacional no alvorecer republicano sendo eleitos como representantes de outros estados ou nomeados para ministérios e governo de estado. Sodré foi o primeiro governador republicano do Pará, e Serzedelo Corrêa, em pouco tempo, ocupou vários cargos, sendo governador do Paraná, além de assumir três ministérios.¹⁵

Portanto, não se deve compreender as relações entre os militares do Exército sem considerar este cenário que antecede a Proclamação da República, pois havia visíveis diferenças entre os oficiais bacharéis seguidores de Benjamin e os “tarimbeiros”, oficiais mais antigos, assim denominados pela jovem oficialidade, devido a suas promoções corresponderem mais à atuação diante das tropas do que às aptidões intelectuais.¹⁶

À frente do governo do estado do Pará, Lauro Sodré implementou importantes medidas, como a reorganização do Museu Paraense, chamando o suíço Emílio Goeldi para dirigir a instituição e promover as mudanças necessárias; deu ainda atenção ao conservatório de música, nomeando o maestro campineiro Carlos Gomes, que mesmo doente assumiu a direção da instituição, que, após sua morte, mudou o nome para Conservatório Carlos Gomes. Sodré investiu na construção da Biblioteca Pública (atual Arquivo Público do Estado do Pará), reorganizou a força pública paraense, dando atenção especial ao Regimento Militar de Polícia, ampliando significativamente o efetivo, aumentando os soldos e modernizando os armamentos, além de

outras mudanças que tiveram como referência o Exército Brasileiro. Cabe destacar que, além de político, Lauro Sodré foi um grande intelectual e escritor reconhecido até mesmo por seus opositores.

É preciso considerar que a atuação desta intelectualidade formada pelo Exército Brasileiro na região amazônica não se deu somente no campo do executivo ou nos parlamentos, como governadores, deputados ou senadores.

Na historiografia brasileira, é evidente o destaque à atuação de Cândido Mariano da Silva Rondon. Este que era um intelectual do Exército de destacada atuação na Amazônia. Coube a Rondon a tarefa de chefiar a Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao vale do rio Madeiras, no Amazonas. As comissões chefiadas por Rondon eram compostas por civis e militares e tinham o objetivo de instalar linhas de telégrafo para promover a melhoria da comunicação com as áreas mais centrais do território brasileiro, integrando o “litoral ao sertão” e melhorando as condições para garantia do território diante dos países vizinhos. Neste sentido, expandindo linhas telegráficas, fazendo contato com indígenas e outros grupos sociais, colhendo espécies animais e vegetais, fazendo levantamentos científicos no âmbito da botânica, antropologia, geologia, zoologia e rebatizando lugares, as expedições lideradas por Rondon também procuravam ampliar o domínio da República sobre o território.¹⁷

No entanto, as comissões comandadas por Rondon enfrentaram uma série de obstáculos, tais como a malária e outras doenças, que algumas vezes o fizeram recuar, os animais selvagens, terrenos acidentados, estações chuvosas intensas, calor forte, problemas

disciplinares envolvendo praças e ataques de grupos indígenas. A atuação de Cândido Rondon à frente de comissões teve significado tão expressivo quanto a de um general à frente de tropas em guerras.¹⁸ A formação na EMPV no âmbito da comunicação militar e a intensa atuação de Rondon em contato com grupos sociais diferentes talvez tenha despertado uma tendência à diplomacia.

Outro oficial formado no “Tabernáculo da Ciência” e de destacada atuação na Amazônia foi Euclides da Cunha, que, em 1904 e 1905, esteve à frente da Comissão de Demarcação de Fronteiras na região dos rios Purus e Juruá, em função da ocorrência de disputas em território de fronteira do Brasil com o Peru. Antes de ser nomeado para dirigir a Comissão junto com um representante do governo peruano que participou da Comissão como representante daquele país, o engenheiro militar Euclides da Cunha opinava que havia um grande risco de a República do Brasil perder a Amazônia, caso a questão não fosse tratada com sutileza e esforços para garantir a soberania na região em disputa.

A própria negociação direta¹⁹ com a criação da Comissão em acordo com o governo peruano dissipou o perigo de conflito armado pela área em questão. No período, ocorreram duas expedições que percorreram vários rios da bacia amazônica, de ocupação brasileira e peruana. De acordo com o autor de *Os sertões*, a situação deveria ser resolvida com diplomacia, e este foi seu intuito à frente da Comissão, pois a questão dispensava as investidas em operações militares. O engenheiro militar acreditava que o governo brasileiro deveria investir no povoamento das áreas de fronteiras e na sua interligação às áreas mais dinâmicas e

desenvolvidas do país, já que o mundo estava passando por intensas disputas imperialistas.

Portanto, a atuação dos oficiais do Exército Brasileiro no processo de estabelecimento da República e conformação territorial na Amazônia contou com ações de preparação de manobras militares, mas não dispensou a destreza de alguns oficiais, como Cândido Rondon e Euclides da Cunha, que, de certa forma, criaram uma vertente mais amistosa, ou melhor, diplomática, para resolver problemas relacionados aos contatos e litígios de fronteiras nacionais e internacionais e investiram no âmbito do fortalecimento policial e cultural, como fez Lauro Sodré, que também apoiou as ações dos moradores brasileiros na luta contra os franceses das guianas no rio Oiapoque. Ademais, ainda que neste artigo não seja a intenção adentrar nos detalhes da atuação de militares do Exército no governo do estado do Amazonas, cabe destacar que Augusto Ximeno de Villeroy, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Eduardo Gonçalves Riberio e Antonio Constantino Nery, todos oficiais do Exército, foram governadores no alvorecer republicano.

As questões de fronteira na Amazônia foram marcantes durante o século XIX, mas, ainda nas primeiras décadas do século XX, havia litígios a serem resolvidos, até porque se tratava de um período de disputas internacionais em diferentes regiões e da expansão de interesses de burguesias nacionais pelo globo.

Em 1901, investidores do ramo da exploração e comercialização da borracha, seringueiros, moradores da área e o governo do estado do Amazonas se organizaram para investir contra a cidade boliviana de Puerito Alonso, mas não obtiveram êxito. No en-

tanto, o governo amazonense logo percebeu que a situação era mais delicada e enviou José Plácido de Castro à frente da Polícia Militar do Amazonas e de alguns voluntários para enfrentar os bolivianos. O governo brasileiro temia as influências inglesa e norte-americana na região e diante da situação de conflito nesta fronteira, mas, como o Exército estava com o efetivo de oficiais e praças bastante reduzido, deslocou tropas de Manaus e Belém para a fronteira em disputa,²⁰ tornando possível a vitória sobre os bolivianos no ano de 1902. No entanto, mais uma vez a habilidade diplomática do barão do Rio Branco teve peso decisivo nas negociações com os bolivianos. Em 21 de março de 1903, por meio do Tratado de Petrópolis a Questão do Acre, como ficou conhecida esta disputa, foi encerrada. Mas, nos anos seguintes aos conflitos fronteiriços, o governo brasileiro, além de iniciar a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, conforme definiam os termos do armistício, e também como estratégia integradora que visava assegurar o domínio das terras conquistadas nesta área de fronteira, investiu nas comissões de linhas telegráficas lideradas pelo engenheiro do Exército, Cândido Rondon.

Ainda no final do século XIX, a falta de instituições do estado brasileiro foi sentida em áreas de fronteira. Tratava-se das disputas entre brasileiros e moradores das Guianas Francesas. Na realidade, os limites entre a Guiana Francesa e as terras do Cabo Norte não eram bem precisos, havendo vários grupos sociais franceses nas margens do rio Araguari, um afluente do rio Amazonas. Por outro lado, havia muitos brasileiros negociantes, seringueiros e garimpeiros, entre outros

trabalhadores em territórios reivindicados pelas autoridades das Guianas. No ano de 1895, os brasileiros liderados por Francisco Xavier da Veiga Cabral intensificaram a luta e foram vencedores.²¹ Diante da situação, o governo brasileiro recorreu à diplomacia para reivindicar o direito da área em litúgio e da definição da fronteira. Em 1900, o Brasil, representado pelo barão do Rio Branco, teve suas reivindicações aceitas.

Após o arbitramento da questão, com sucesso para o Brasil, o governo republicano tomou algumas medidas visando à soberania da área fronteira e, nos anos 1920, enviou o experiente militar Cândido Rondon para chefiar uma expedição para garantir mapeamento da área, rebatizar nomes de lugares em português, estreitar contatos com os índios e outros grupos sociais de fronteira.²²

Cabe destacar que, na ocasião das disputas fronteiriças na Amazônia entre Colômbia e Peru, que ficou conhecida como a Questão Letícia (1932/33), Cândido Rondon foi nomeado presidente da Comissão da Liga das Nações para acompanhar os termos do Protocolo de Paz que tinha por objetivo selar a paz entre Colômbia e Peru,²³ resolvendo a situação de litúgio e trazendo uma certa tranquilidade ao governo brasileiro, que temia algum tipo de perda territorial com estas disputas na área de confluência entre os países com terras na Amazônia e qualquer tipo de influência nos interesses do país.

Considerações finais

Escritos em verde-oliva na parte setentrional do Brasil certamente foram produzidos no decorrer de séculos, com a presen-

ça do Exército na Amazônia em suas várias formas de atuação. No entanto, nesta conferência, parafraseando Éric Hobsbawm, me dediquei a um “olhar vista aérea” sobre as ações do Exército em pouco menos de cinco décadas de República.

A Proclamação da República significou um novo panorama político e social para as Forças Armadas no Brasil, levando os militares a demonstrar suas competências a serviço de um Estado em transformação interna em várias dimensões e diante de uma conjuntura de disputas internacionais que afetaram as relações exteriores no mundo inteiro, com uma corrida intensa pelas potencialidades de grandes regiões em todos os continentes. Foi no campo destas disputas, que os interesses por redefinições e delimitações de fronteiras reacenderam a necessidade de contar com unidades militares em áreas pouco guarnecidas se tornaram fundamentais neste intenso jogo entre as nações. Na falta de infraestrutura adequada nas fronteiras, o uso da diplomacia e da competência técnica em estabelecer os marcos de limites, ampliar linhas telegráficas, abrir estradas e construir edificações civis e militares tornou-se alternativa significativa para o governo brasileiro assegurar territórios na confluência com outros países amazônicos, neste caso.

Contando com oficiais qualificados, o Exército disponibilizou seus quadros às causas consideradas relevantes à garantia do controle do território na vasta região amazônica. Estes oficiais, engenheiros militares em sua maioria, atuaram em campos de batalha diferenciados das guerras convencionais de seu tempo, fazendo dos conhecimentos técnicos obtidos no “Tabernáculo das Ciências”

suas principais armas em defesa das causas do país. Ademais, também atuaram na administração de estados, investindo em instituições de ensino e pesquisa, apoiando as manifestações culturais etc.

A partir da segunda metade do século XX, com a intensificação das disputas inter-

nacionais, dos perigos e medos entre as nações e a emergência da ideia de soberania do país, a noção de segurança nacional ganhou dimensão cada vez mais relevante. Contudo, esta conferência tratou apenas da fase inicial deste processo e nela encontrou a jovem oficialidade formada na EMPV: os científicos. **REB**

Referências

CARDOSO, Vicente Licínio. *A margem da história da República*. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Editora da Universidade de Brasília, 1981.

CARDOSO, Francinete dos Santos. *O Contestado franco-brasileiro: conflitos e representações*. In: NEVES, Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto. *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006.

CARR, David. *La narrativa y el mundo real: um argumento em favor de la continuidad*. *Histórias*. México, n. 14, p. 15-27, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. *As Forças armadas na primeira República: o poder desestabilizador*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1990. v.9.

CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. *O medo do sertão: a malária e a comissão Rondon (1907-1915)*. *História, ciências, saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.2, abr.-jun. 2011, p.471-497.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Belém: Editora Açáí, 2016.

MCCANN, D. Frank. *Soldados da pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MACIEL, Laura Antunes. *Cultura e tecnologia: a construção do Serviço Telegráfico no Brasil*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 127-144. 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

REIS, Arthur César Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, 2 vols. (Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1993). Volume 1: *A fronteira colonial com a Guiana Francesa*; Volume 2: *A fronteira com as colônias espanholas*.

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero de; LIMA, Nisia Trindade. *Telégrafo e inventário do território no Brasil: as atividades científicas de Cândido Rondon (1907-1915)*. História, ciências, saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.779-810, jul.-set. 2008.

SCHULZ, John. *Exército na política: origens da intervenção militar 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 144.

SOUZA, Vinicius Gonçalves. *A participação brasileira em Operações de Paz das Nações Unidas como vetor de inserção internacional de segurança*. 2012. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, p. 53-54.

VIVEIROS, Esther. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ CARR, David. La narrativa y el mundo real: um argumento em favor de la continuidad. *Histórias*. México, n. 14, p. 15-27, 1986.

² CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

³ SCHULZ, John. *Exército na política: origens da intervenção militar 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 144.

⁴ *Ibid.* p. 145.

⁵ Arquivo Público do Estado do Pará. *Fundo: Executivo. Relatório do presidente da província Miguel José d'Almeida Pernambuco*. Belém: Typographia de A. F. Costa, 1889, p. 60 -61.

⁶ *Ibid.*

⁷ FARIAS, William Gaia. *A Construção da República no Pará (1886-1897)*. Belém: Editora Açai, 2016.

⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

⁹ MCCANN, D. Frank. *Soldados da pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças armadas na primeira República: o poder desestabilizador*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1990. v.9.

¹¹ CASTRO, Celso. *Op. Cit.* 1995.

¹² CASTRO, Celso. *Op. Cit.* 1995.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ CARDOSO, Vicente Licínio. *A margem da história da República*. 2ªed. Brasília: Câmara dos Deputados; Editora da Universidade de Brasília, 1981.

¹⁵ Além de governar o Paraná em 1890, foi prefeito do Distrito Federal (1909) e nomeado para os seguintes cargos: ministro das Relações Exteriores (1892), ministro de Estado dos Negócios do Interior e Justiça (1892), ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1892). MACHADO, Eurico Serzedelo. *Um republicano: a vida de Serzedelo Corrêa*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Paraense, 1972, p. 175-77.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero de; LIMA, Nisia Trindade. *Telégrafo e inventário do*

-
- território no Brasil: as atividades científicas de Candido Rondon (1907-1915). *História, ciências, saúde. Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.779-810, jul.-set. 2008. MACIEL, Laura Antunes. Cultura e tecnologia: a construção do Serviço Telegráfico no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 127-144. 2001.
- ¹⁸ CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. O medo do sertão: a malária e a comissão Rondon (1907-1915). *História, ciências, saúde. Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.2, abr.-jun. 2011, p.471-497.
- ¹⁹ Sobre resolução de desacordo com a negociação direta, ou seja, sem a intervenção de terceiros, ver: VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017, p. 561.
- ²⁰ VARGAS, Fábio Aristimunho. Op. Cit. REIS, Arthur César Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, 2 vols. (Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1993). Volume 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa; Volume 2: A fronteira com as colônias espanholas.
- ²¹ CARDOSO, Francinete dos Santos. *O Contestado franco-brasileiro: conflitos e representações*. In: NEVES, Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto. *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006.
- ²² SOUZA, Vinicius Gonçalves. *A participação brasileira em Operações de Paz das Nações Unidas como vetor de inserção internacional de segurança*. 2012. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, p. 53-54.
- ²³ VIVEIROS, Esther. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010, p. 560.b